

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA VII REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e quatro de maio de 2002, após o encerramento da VII Reunião Extraordinária, teve início a VII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, realizada no auditório Avelino Costalonga, localizado no Edifício Sede da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, em Brasília, Distrito Federal. O Dr. Raymundo Garrido, Secretário Executivo do Conselho, assumiu a presidência dos trabalhos em substituição ao Dr. Marcus Pestana, Ministro Interino do Meio Ambiente e Presidente em Exercício do CNRH, que, em função da agenda daquele Ministério, precisou ausentar-se. O Dr. Garrido cumprimentou todos os Conselheiros e demais presentes, falou de sua satisfação em estar presidindo mais uma reunião do Conselho e solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que verificasse o *quorum* do Plenário. O Dr. Roberto Monteiro informou que haviam vinte e quatro conselheiros presentes, portanto havendo *quorum* regimental necessário para o início dos trabalhos. O Dr. Garrido agradeceu e indagou aos conselheiros se havia alguma matéria de urgência a ser inserida na pauta ou alguma matéria a ser retirada da mesma. Informou ter recebido à mesa os seguintes documentos: requerimento de urgência referente à proposta de moção, formulada durante a realização do IV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, no Balneário Camboriú – SC, no período de 19 a 23 de maio de 2002, a ser encaminhada ao deputado federal Adolfo Marinho, relator na Câmara do Deputados, do PL nº 4.147; e solicitação de retirada de pauta das propostas de Moções referentes à contaminação das águas na Fronteira Brasil/Uruguai e à questão envolvendo o Rio APA, Mato Grosso do Sul, encaminhada pela presidente da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, conselheira Mitzi Gurgel, representante do Ministério das Relações Exteriores. Dr. Garrido consultou o Plenário sobre a conveniência de ser discutida naquela reunião o requerimento de urgência ou de transferi-lo para a pauta da próxima reunião e, para que houvesse melhor entendimento do Plenário para a tomada de decisão sobre a primeira matéria, solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura do texto do requerimento. Dr. Roberto Monteiro leu o requerimento. O Dr. Garrido agradeceu e informou que o Plenário deveria decidir pela inclusão da matéria naquela sessão ou na próxima, ressaltando que o assunto requeria urgência. Como não houve manifestação contrária, declarou que a matéria seria inclusa na pauta, franqueando a palavra ao conselheiro Carlos Eduardo. O conselheiro Carlos Eduardo acrescentou que a Moção fora apresentada pelo Fórum Gaúcho, durante a realização da Plenária do Encontro de Comitês e que a mesma havia sido aprovada por unanimidade. Acrescentou que era entendimento geral que o disposto no art. 32, do PL nº 4.147, implicaria em prejuízos consideráveis para a Política Nacional de Recursos Hídricos, pois os Comitês de Bacias eram *fóruns* legítimos para decidir sobre as questões de cobrança pelo uso da água no âmbito da bacia hidrográfica, bem como para decidir sobre as questões regionais. Afirmou que estariam sendo feridos os princípios estabelecidos da gestão descentralizada e participativa e, portanto, foi apresentada, em caráter de urgência, a proposta de Moção, a ser encaminhada ao Deputado Adolfo Marinho. O Dr. Garrido agradeceu ao conselheiro Carlos Eduardo, questionou se alguém mais desejaria fazer uso da palavra e não havendo pronunciamentos declarou que a inclusão da matéria na pauta, encontrava-se em votação. Foram computados dezenove votos favoráveis à inclusão, um voto contrário e uma abstenção. O Dr. Garrido declarou a matéria inclusa na pauta. Passou-se então à solicitação de retirada de matéria da pauta. O Dr. Garrido solicitou ao Dr. Monteiro que procedesse a leitura da justificativa encaminhada pela presidente da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT. O Dr. Monteiro procedeu a leitura do ofício que tinha a finalidade de solicitar ao presidente do CNRH a retirada da pauta, daquela reunião, as duas propostas de Moção encaminhadas à Câmara Técnica, itens 6 e 7, justificando que solicitação para o item 6 era devido à evolução das ações estabelecidas pela ANA e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, após a aprovação pelo Conselho da Moção CNRH nº 09, que versava sobre problemas existentes no Rio Quaraí, RS, e para o item 7, a questão envolvendo o Rio APA, Mato Grosso do Sul, devia-se à necessidade de se estabelecer um maior envolvimento dos órgãos demandados na própria Moção, com vistas a se obter resultados mais proveitosos, quando de aprovação pelo Conselho e, por fim, solicitava que o espaço que seria destinado à apresentação dessas duas propostas de Moção fosse destinado à ANA e ao Estado do Rio Grande do Sul para apresentarem ao Plenário os resultados da Moção do Quaraí. O Dr. Garrido comentou que considerava que a retirada da matéria da pauta fora devidamente justificada nos termos do encaminhamento da conselheira Mitzi, mas de toda forma solicitava a aquiescência do Plenário. O conselheiros presentes no Plenário aprovaram a solicitação. Dr. Garrido solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura da ordem do dia com as devidas alterações. Dr. Monteiro leu a ordem do dia: item 1 - posse dos novos conselheiros, acrescentado que esse fato já havia sido concretizado na reunião que antecedeu àquela, na mesma manhã; item 2 - Aprovação das atas das seguintes reuniões: V Reunião Extraordinária e VI Reunião Ordinária do CNRH; item 3 - Análise da Proposta de Resolução para alteração parcial de Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2001; item 4 - Análise da proposta da resolução que define a composição da Câmara Técnica

de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos; item 5 - Análise da proposta de resolução para Inserção das Águas Subterrâneas no instrumento Plano de Recursos Hídricos; itens 6 e 7 – Retirados de pauta e substituídos pela apresentação da ANA e representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sobre providências que vêm sendo adotadas em função da Moção nº 9 aprovada por este Conselho; item 8 - Moção ao Ministério de Minas e Energia ao Ministério do Meio Ambiente e ao Governo do Estado de Goiás, encaminhando a Carta de Rio Quente referente à super exploração dos aquíferos termais daquela região; item 9 - Moção relacionada à necessidade de informações sobre o sistema de abastecimento de água e de lançamento de resíduos líquidos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, encaminhada pelo conselheiro Demetrios Christofidis, representante do Ministério da Integração Nacional; e item 9 - Apresentação do cronograma para realização de assembléias objetivando a indicação dos representantes titulares e suplentes dos seguintes segmentos: usuários e organizações civis de recursos hídricos. Após a leitura, o Dr. Garrido indagou ao Plenário se havia alguma observação quanto à ordem do dia apresentada. O conselheiro Emerson Martins Costa, representante do segmento usuários / pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer ou turismo, saudou a todos e solicitou a inversão do item 8 da pauta, relativo à Carta do Rio Quente, para o primeiro item da pauta, justificando ser uma matéria de apreciação rápida. O Dr. Garrido agradeceu e passou a palavra ao conselheiro Mauro Viegas. O conselheiro Mauro Viegas afirmou que se encontrava inteiramente de acordo com a justificativa do conselheiro Emerson, entretanto não via razão para apreciação de moções antes de matérias deliberativas, alegando que, pelo Regimento Interno do CNRH, requerimentos de urgência e propostas de resolução, matérias de natureza deliberativa teriam prioridade na ordem de apreciação pelo Plenário, pois exigiam maior debate e análise mais detalhada, sugerindo que as moções ficassem ao final. Acrescentou que considerava o assunto das águas termais essencial, mas considerava importante se manter uma disciplina para a pauta e seguir o disposto no Regimento. O Dr. Garrido passou a palavra ao conselheiro Di Bella, representante dos usuários / setor hidroviário, que fazendo o uso da palavra questionou o item 9 da pauta modificada, referente ao cronograma para realização de assembléias, já que com a aprovação da prorrogação do mandato dos conselheiros para junho de 2003, a questão estaria sendo antecipada e sugeriu deixar essa discussão para o próximo ano. O Dr. Garrido passou a palavra ao conselheiro Julio Thadeu que esclareceu que o cronograma fora colocado na pauta para ser aprovado como documento de referência, por isso mesmo encontrava-se com as datas em aberto, permitindo à Secretaria Executiva adotar as providências necessárias no tempo certo, sem demandar outra deliberação do CNRH. Seria um documento atemporal. O conselheiro Oscar Cordeiro, representante de organizações civis de recursos hídricos / organizações técnicas, de ensino e de pesquisa, solicitou que a análise do item 4, que tratava da proposta de resolução referente à composição da Câmara Técnica de Cobrança, fosse feita pela manhã, uma vez que, por contingência pessoal, não poderia permanecer na reunião na parte da tarde. O Dr. Garrido acrescentou que o regimento estabelecia a seguinte ordem para análise das matérias: aprovação das atas, comunicações gerais, propostas de resolução e matérias que reflitam qualquer sorte de deliberação, e moções. Desta forma, sugeriu que, diante das observações do conselheiro Mauro Viegas e das ponderações do conselheiro Emerson e do conselheiro Oscar, a seguinte ordem para a pauta: **1.** Aprovação das Atas; **2.** Moção aos Ministérios de Minas e Energia, ao Meio Ambiente e ao Governo do Estado de Goiás, encaminhando a "Carta de Rio Quente", referente à super exploração dos aquíferos termais daquela região; **3.** Análise da proposta de Resolução que define a composição da Câmara Técnica de Cobrança; **4.** Análise da proposta de resolução para alteração parcial da Resolução CNRH nº 05; **5.** Análise da proposta de resolução para inserção das águas subterrâneas no instrumento Plano de Recursos Hídricos; **6.** Apresentação dos resultados da Moção nº 09, de 14 de março de 2002, que solicita solução para os problemas causados pela poluição, decorrente da falta de saneamento, da bacia do rio Quaraí, fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai, pela ANA e o Estado do Rio Grande do Sul; **7.** Moção relacionada à necessidade de informações sobre os sistemas de abastecimentos de água e de lançamento de resíduos líquidos na bacia do rio Paraíba do Sul, encaminhada pelo conselheiro Demetrios, representante do Ministério da Integração Nacional; **8.** Apresentação do Cronograma para a realização das Assembléias, objetivando a indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos seguintes segmentos: usuários e organizações civis; **9.** Requerimento de urgência solicitando a aprovação da Moção referente ao PL nº 4.147. Lida a proposta, Lida a proposta, o Dr. Garrido propôs a votação, tendo a mesma sido aprovada por treze votos favoráveis, três contrários e três abstenções. O Dr. Garrido deu início à análise dos itens da Ordem do Dia: **item 1** - Aprovação das Atas das reuniões V Extraordinária e VI Ordinária. Acrescentou que as Atas foram distribuídas com antecedência e que esperava que todos tivessem lido. Colocou em votação a aprovação da Ata da V Reunião Extraordinária do CNRH. A Ata foi aprovada por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Passou-se à votação da ata da VI Reunião Ordinária do CNRH. A ata foi aprovada por dezessete votos favoráveis e duas abstenções. Aprovadas as atas passou-se ao **item 2**, referente à proposta de Moção aos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e ao Governo do Estado de Goiás, encaminhando a Carta de Rio Quente, referente à super exploração dos aquíferos termais daquela região e convidou o Dr. Carlos Simanke, presidente da Câmara Técnica de Águas

127 Subterrâneas - CTAS, para apresentar a Moção. O Dr. Simanke informou que a Moção tinha como
128 objetivo incentivar a adoção de algumas atitudes próativas para manter a perenidade dos aquíferos
129 termais, que eram considerados muito importantes para a região de Rio Quente e Caldas Novas. Nesse
130 sentido, foi realizado um *workshop* na Pousada do Rio Quente para discussão do tema, que já havia
131 sido objeto de uma ação conjunta entre os órgãos envolvidos: o Departamento Nacional de Produção
132 Mineral – DNPM, o órgão ambiental estadual e as Prefeituras de Caldas Novas e de Rio Quente. Disse
133 que havia sido solicitado à Câmara Técnica que alterasse o título para “Carta de Rio Quente e Caldas
134 Novas” e que fosse incluído o endereçamento às duas prefeituras: Rio Quente e Caldas Novas, para
135 possibilitar uma maior mobilização dos envolvidos. Dito isso fez um registro especial ao trabalho da Dr^a
136 Leila Pereira dos Passos, responsável pela organização do *Workshop* e que propiciou todos os recursos
137 necessários à realização da reunião da CTAS, após o evento. O Dr. Garrido agradeceu ao Dr. Simanke
138 e franqueou a palavra aos conselheiros para as manifestações. O conselheiro Julio Thadeu solicitou que
139 ficasse claro no texto da Moção a diferença entre outorga de direito de uso e concessão. O Dr. Garrido
140 afirmou que considerava procedente a colocação do conselheiro Julio Thadeu. Falou que apesar de o
141 termo “outorga” ser genérico, o ideal seria substituir para “direito de lavra das águas minerais para
142 balneabilidade, potáveis de mesa” ou por o termo definido no decreto que definia a ação do DNPM. O
143 Dr. Simanke sugeriu substituir a palavra “outorgados” por “concedidos” no 3º parágrafo da proposta.
144 O Dr. Garrido solicitou ao Dr. Monteiro a leitura da proposta de alteração do 3º parágrafo:
145 “Considerando que os recursos hidrotermais são de competência da União, sendo concedidos pelo
146 Departamento Nacional de Produção Mineral - DNMP e que a solução, do problema existente, em
147 caráter definitivo, dependerá da ação articulada do referido Departamento;”. Não havendo mais
148 comentários, o Dr. Garrido encaminhou a matéria para votação. A matéria foi aprovada por vinte votos
149 favoráveis, nenhuma abstenção ou voto contrário. Após, o Dr. Garrido informou que a Secretaria
150 Executiva adotaria as providências no sentido de encaminhar a matéria aos órgãos pertinentes.
151 Passou-se ao **item 3**, análise de proposta de resolução que define a composição da Câmara Técnica de
152 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB. O Dr. Garrido convidou o conselheiro Julio Thadeu
153 para tecer comentário sobre a matéria. O conselheiro Julio Thadeu explicou a forma de condução do
154 processo de consulta aos membros do CNRH, feito pela Secretaria Executiva, bem como a tabulação
155 dos dados das manifestações de interesse recebidas. Esclareceu que foi estabelecido o prazo até dez de
156 abril para tais manifestações, e que a consulta havia sido, como de praxe, via *e-mail* para todos os
157 conselheiros. Ressaltou ter havido problemas de comunicação no processo, só detectados quando, no
158 dia nove de abril, o número de manifestações recebidas eram insignificantes para uma Câmara Técnica
159 que, normalmente, despertaria o interesse de numerosos segmentos em participar. Disse então que a
160 Secretaria Executiva entrara em contato com os conselheiros e foi confirmado que muitos não haviam
161 recebido o ofício de solicitação via meio eletrônico. Com isso, enviou-se uma nova correspondência via
162 fax para todos, prorrogando o prazo por mais cinco dias, até quinze de abril. Foram recebidas
163 dezessete adesões. Informou que os membros da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais -
164 CTIL, analisou a proposta de composição da CTCOB a partir das manifestações de interesse, tabuladas,
165 baseado nos seguintes critérios: proporcionalidade nas representações entre Governo Federal,
166 Conselhos Estaduais, sociedade civil e usuários; natureza técnica do assunto de sua competência;
167 finalidade dos órgãos ou entidades representados, a formação técnica ou notória atuação dos seus
168 membros na área de recursos hídricos; e o prazo final de recebimento da manifestação. Ressaltou que
169 não foi uma tarefa fácil excluir um segmento em detrimento de outro, entretanto, procurou-se usar o
170 bom senso na decisão da composição proposta. Lembrou que os segmentos não contemplados
171 poderiam participar como convidados das reuniões da CTCOB, mesmo porque as Câmaras Técnicas
172 constituíam *fóruns* democráticos de discussão. Por fim, leu a proposta: Governo Federal - Ministério do
173 Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério da Integração Nacional, Agência Nacional de Águas
174 - ANA, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Conselhos Estaduais: Região Centro-Oeste e
175 Região Sudeste; Usuários: irrigantes, prestadoras de serviço público de abastamento de água e de
176 esgotamento sanitário, concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica, indústrias,
177 pescadores e usuários de recursos hídricos com a finalidade de lazer e turismo; organizações civis de
178 recursos hídricos: comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas. O Dr.
179 Garrido colocou a matéria em discussão. O conselheiro Oscar Cordeiro solicitou a palavra e informou
180 que o assunto interessava muito ao segmento o qual ele representava, as organizações técnicas, de
181 ensino de pesquisa, afirmando que a questão fora objeto de correspondência encaminhada aos
182 conselheiros do CNRH, através da Secretaria Executiva, um dia após a convocação da reunião, bem
183 como distribuída a todos conselheiros na recepção. A carta, encaminhada no dia 22 de abril, trazia em
184 seu conteúdo a manifestação do desacordo em relação à proposição de composição da CTCOB,
185 elaborada pela CTIL, basicamente pela não inclusão daquele seguimento na composição, cuja presença
186 era considerada de extrema importância no processo de discussão que afetava a cobrança pelo uso da
187 água no Brasil. Na correspondência, afirmou ele, foi enfatizado o aspecto de procedimentos, porque
188 não se dispunha de informações, até então, sobre os critérios que tinham sido considerados para
189 seleção dos participantes. Informou que a manifestação pleiteando vagas, encaminhada por ele no mês

190 de março, quando houve a ampliação do número de vagas na composição das outras Câmaras
191 Técnicas, fora recusada por ter sido encaminhada fora do prazo, mas que teria havido um atenuante
192 referente à mudança de presidência da ABRH em dezembro de dois mil e um, antes era o conselheiro
193 Almir Cirilo, e a partir do mês de janeiro, passou a ser ele. Afirmou que ele não questionava a negativa
194 dos pleitos anteriores, pois considerava a questão do respeito ao prazo importante, porém, no processo
195 de composição dos membros da CTCOB, a ABRH foi a primeira instituição a solicitar formalmente a
196 participação, e nesse caso o prazo foi ampliado porque não tinha sido preenchido o número mínimo de
197 participantes, e qual não foi a surpresa, quando ao final o segmento que ele representava tinha sido
198 excluído da composição. Dando continuidade, o conselheiro Oscar acrescentou que considerava mais
199 importante a análise do mérito, do que dos procedimentos adotados, justificando que, na realidade, ao
200 se pensar em cobrança pelo uso da água, fato que representava um grande desafio em termos de
201 implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos seus instrumentos de gestão, inúmeros
202 fatores que acarretavam dúvidas surgiam, exigindo assim a participação da pesquisa e do estudo em
203 todo o processo de análise e implementação, fatores tais como: aceitabilidade social da cobrança,
204 política, capacidade de pagamento dos usuários, mensuração dos parâmetros da cobrança, entre
205 outros. Além disso, acrescentou que as universidades, através dos centro de estudos, poderiam
206 apresentar colaborações importantes, correndo-se o risco de, ao se excluir esse segmento, excluir os
207 técnicos que têm trabalhado com essa questão, citando como exemplo o Instituto de Pesquisas
208 Hidráulicas – IPH, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Laboratório de Hidrologia e Estudos
209 de Meio Ambiente da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de
210 Minas Gerais, do Ceará e da Bahia, a Universidade de Brasília – UNB, que se constituem diversos
211 centros, distribuídos pelo Brasil, cujas equipes têm se dedicado a pesquisar essa questão. Em função
212 da justificativa apresentada, o conselheiro Oscar reiterou o pleito para a participação do segmento por
213 ele representado na mencionada Câmara Técnica, considerando que o mesmo preenchia todos os
214 critérios citados pelo conselheiro Julio Thadeu. Falou que gostaria de registrar que se tratava de uma
215 questão de princípio, que a Associação se dispunha a trabalhar independente de fazer parte ou não da
216 composição formal da CTCOB, mas a questão de representatividade era um ponto relevante a ser
217 considerado, e ele não poderia deixar passar em branco essa questão, porque na verdade ele
218 representava um segmento e seria cobrado pelos seus pares: a sociedade civil, os dois mil sócios da
219 ABRH, os dez mil professores, pesquisadores, alunos, etc... que têm nele o porta-voz no Conselho e
220 poderiam, a qualquer momento, questionar o porquê que a ABRH, que tinha toda uma experiência para
221 contribuir e compartilhar quando da discussão dos aspectos referentes à cobrança pelo uso da água,
222 não estava participando dessa Câmara Técnica, além de não entender o porquê não se ousar e propor
223 uma Câmara em que o Governo Federal não fosse maioria, possibilitando assim uma composição mais
224 rica da sociedade civil, uma vez que o assunto assim o merece e assim o demanda. Concluindo, disse
225 que considerava a argumentação apresentada improcedente e que tinha a obrigação de registrar a sua
226 indignação quanto à decisão e apresentou a sua proposta para substituir algum segmento na
227 composição ou retornar a proposta à CTIL para reestudar o seu pleito. O conselheiro Di Bela afirmou
228 ter participado do Grupo de Trabalho que anteriormente teve a incumbência de definir a primeira
229 composição dos membros da CT e complementou que a situação era extremamente difícil e
230 constrangedora. Por outro lado, enquanto representante do setor de transporte hidroviário, afirmou
231 que também havia manifestado o interesse em participar da mencionada CT e que a sua solicitação
232 não havia sido aceita, de forma que ele manifestou o seu voto de protesto pela não inclusão do setor
233 hidroviário, reforçando a sugestão do conselheiro Oscar de retornar a proposta à CTIL, para de alguma
234 forma, tentar contemplar o seguimento que ele representava. O Dr. Garrido agradeceu aos
235 manifestantes e afirmou que, após a análise da proposta encaminhada, identificou na relação todos os
236 setores usuários pagadores, bem como dos comitês, residindo aí, talvez, a dificuldade em contemplar
237 os outros dois segmentos que se manifestaram anteriormente, considerando que a CTCOB só dispunha
238 no máximo de treze vagas. Dito isso, informou que na mesa se encontrava uma proposta encaminhada
239 pela CTIL e que havia uma contraproposta de retornar o assunto à CTIL, para análise da possibilidade
240 de incluir o segmento associações técnicas de ensino e pesquisa e o setor hidroviário. O conselheiro
241 Julio Thadeu ponderou que a CTIL propôs a composição com base nos critérios anteriormente
242 mencionados, a não inclusão dos segmento associações técnicas de ensino e de pesquisa, e do setor
243 hidroviário, foram temas amplamente discutidos. Tentou-se contemplar o maior número de usuários
244 possível. Desta forma, afirmou, o retorno da proposta à CTIL não será enriquecedor. Diante do
245 exposto, sugeriu deixar para o Plenário a decisão. O conselheiro Mauro Viegas comentou que o assunto
246 não era fácil e falou que tinha duas propostas: esperar o primeiro mandato terminar e, imediatamente,
247 fazer um rodízio, o que seria isso seria uma solução correta; ou efetuar um controle de frequência,
248 faltou três vezes seguidas ou cinco alternadas, sem justificativa plausível, conforme estabelece o
249 Regimento Interno, automaticamente o seguimento estaria eliminado e haveria, desde já, uma ordem
250 de prioridade para as substituições, não sendo necessário a matéria retornar ao Conselho para decidir
251 quem substituirá. Dessa forma, haverá equilíbrio e não se retiraria nenhum seguimento naquele
252 momento. O conselheiro Oscar Cordeiro afirmou que sua maior preocupação, desde o início, foi

253 registrar no Plenário a estranheza quanto à forma que foi conduzida a análise e de não ter sido
254 convidado a apresentar os argumentos para a permanência do segmento, informou não ter sido
255 informado sobre as datas de realização das reuniões, razão pela qual não participou. Afirmou que
256 entendia a situação, que o retorno da proposta à CT seria um trabalho desnecessário, mas entendia ser
257 importante registrar o interesse manifestado e que ele se dispunha a trabalhar pela CTCOB,
258 independente de fazer parte ou não formalmente da composição. Dito isso, complementou que
259 endossava a proposição do conselheiro Viegas. O conselheiro Martinho sugeriu que quando matérias
260 dessa natureza viessem a ser apreciadas pela CTIL, que os postulantes estivessem presentes. O
261 conselheiro Julio Thadeu lembrou, como diretor da área diretamente responsável pela Secretaria
262 Executiva, que para todas as reuniões de Câmaras Técnicas os convites eram enviados a todos os
263 conselheiros titulares e suplentes, bem como para todas as pessoas de interesse relacionados com a
264 CTs, independente de serem conselheiros, representantes ou convidados. O Dr. Garrido complementou
265 informando que as reuniões de CTs eram anunciadas previamente na página do CNRH na *internet*, bem
266 como eram disponibilizados todos os documentos a serem analisados e a pauta prevista para a referida
267 reunião, e solicitou que todos consultassem com maior frequência a mencionada página. Consultou ao
268 conselheiro Di Bella se mantinha a proposta de retornar a matéria à CTIL. O conselheiro Di Bella falou
269 que apesar das questões relativas à cobrança pelo uso da água serem de grande importância, entendia
270 a situação e retirava sua proposta, deixando para o Plenário decidir. Dr. Garrido agradeceu e concluiu
271 que o encaminhamento final seria decidir naquele momento a proposta em pauta, acrescida com a
272 sugestão do conselheiro Mauro Viegas relativo à questão da substituição automática dos segmentos
273 que forem eliminados por falta não justificada, conforme previsto no Regimento Interno, ou que
274 manifestarem desistência. O conselheiro Jair Sarmento afirmou que ficara evidenciado que não era o
275 caso de retornar a matéria à CTIL, conforme os diversos argumentos apresentados pelo presidente da
276 CT, mas que era indiscutível a ênfase na manifestação de interesse da participação de outros
277 segmentos, tais como a ABRH e do Setor Hidroviário na CTCOB, e endossou a proposta apresentada
278 pelo conselheiro Mauro Viegas. Disse que caberia à Secretaria Executiva, no exercício de suas funções,
279 exercer o controle de frequência dos membros das CTs e, identificados o descumprimento ao
280 estabelecido no Regimento Interno, relativo às faltas, proceder a notificação e adotar as providências
281 relativas à substituição. O conselheiro Julio Thadeu complementou a proposta do conselheiro Mauro
282 Viegas no sentido de que a substituição venha a ser automática, ou seja, se o número de interessados
283 for maior que o número de vagas, a CTIL além de escolher os treze membros, estabelecerá a ordem de
284 substituição para o caso de desistência ou exclusão por falta de algum segmento, incluindo desde
285 aquele momento, um artigo na proposta de resolução em pauta referente à essa substituição,
286 contemplando os segmentos que ficaram de fora. Acrescentou que essa medida deveria ser discutida
287 na CTIL, quando houvesse a reformulação do Regimento Interno, objetivando atender casos como o
288 ocorrido naquele dia. definindo então a prioridade para ocupação de vagas que porventura venham a
289 existir, para a ABRH, seguida do setor hidroviário. O Dr. Garrido colocou em votação a proposta de
290 resolução acrescida de artigo específico referente à questão da substituição em caso de vacância. A
291 proposta foi aprovada por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e três abstenções. Declarada
292 aprovada a resolução sobre composição da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos
293 Hídricos. Passou-se ao **item 4** da pauta referente à alteração parcial da Resolução CNRH nº 5, de dez
294 de abril de dois mil e dois, que estabeleceu diretrizes para instalação e funcionamento de comitês de
295 bacia hidrográfica, convidando o conselheiro Julio Thadeu para tecer comentários sobre a matéria. O
296 conselheiro Julio Thadeu falou que a CTIL analisou e deliberou favoravelmente pelo atendimento à
297 solicitação da Agência Nacional de Águas – ANA, justificando que o pedido de alteração era devido a
298 algumas exigências constantes dos artigos 8º e 14 da mencionada Resolução, que dificultava o
299 andamento das ações das Diretorias Provisórias de alguns comitês de rios de domínio da União
300 instituídos pelo CNRH, dos quais representantes da ANA faziam parte. Comunicou que, brevemente,
301 será feita uma reformulação geral da Resolução nº 5, uma vez que a experiência da prática
302 demonstrou a necessidade de adequação e aperfeiçoamento. Dito isso, convidou o conselheiro Jair
303 Sarmento para fazer uma exposição mais detalhada em relação à matéria. O conselheiro Jair Sarmento
304 falou que se tratava de solicitação feita pela diretoria provisória do Comitê da Bacia do Hidrográfica do
305 Rio São Francisco, e consensada com os dezenove membros que compunha essa diretoria. A
306 justificativa dessa solicitação residia no fato já mencionado pelo conselheiro Julio Thadeu, referente aos
307 artigos 8º e 14, que tratava da exigência da outorga para os usuários participarem da composição dos
308 comitês de bacia com direito à voto, o que caracterizava um obstáculo ao processo de implantação
309 desses importantes órgãos colegiados, comprometendo inclusive o prazo disponível para a diretoria
310 provisória cumprir suas atribuições. A proposta consiste na supressão do Inciso III, do artigo 8º, bem
311 como das suas alíneas “A” e “B”. A principal razão para as supressões consistia no fato de que os
312 usuários nem sempre eram representados diretamente por um usuário outorgável, eles poderiam vir a
313 ser representados por grupos de usuários ou por associações de usuários, isso escolhido de maneira
314 legítima por parte do segmento, portanto o dispositivo atual inibia que essa representação fosse feita
315 por uma entidade representativa. Um outro ponto a ser ressaltado era a situação das outorgas no país,

mesmo na bacia em que o processo se encontrava mais avançado em termos de regularização desse instrumento de gestão, como era o caso da bacia rio do Paraíba do Sul, constatou-se que o processo de outorga encontrava-se num estágio inicial, muito longe de se atingir plenamente a universalização. Diante do exposto, argumentou que a manutenção desse dispositivo consistiria na inibição do objetivo maior que era o engajamento dos usuários no processo de tomada de decisões, assegurando uma ampla participação do segmento no âmbito das bacias. Acrescentou que no futuro o dispositivo poderia voltar a ser incluído, mas que no contexto atual contrariava frontalmente o objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos, além de ser uma atividade que não dependia dos usuários, mas sim da capacidade dos órgãos outorgantes e de uma série de outros fatores, para que essas outorgas estivessem plenamente regularizadas. Com isso, solicitou que a Dr^a Rosana Garjulli complementasse a sua fala, acrescentando que ela era gerente de uma das superintendências da ANA, responsável pela questão de apoio aos comitês. A Dra. Rosana comentou que a dificuldade mencionada estava ocorrendo em especial com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e que a equipe de mobilização estava muito preocupada em assegurar clareza para a condução do processo, especificando quem poderia se candidatar às vagas, principalmente para os setores usuários. Acrescentou que tal processo já havia sido iniciado e que estavam ocorrendo os encontros regionais, tendo sido programados a realização de quarenta e cinco encontros na bacia, com uma média de participantes entre duzentas e trezentas pessoas. Informou que a equipe havia procedido um levantamento da situação das outorgas na bacia, na ANA e junto aos órgãos outorgantes dos estados, objetivando assessorar a Diretoria Provisória do respectivo comitê e constatara-se que o número era muito pequeno. Um outro fator a ser considerado era a questão dos usuários - pescadores, que no rio São Francisco estavam distribuídos em mais de trinta colônias, abrigando uma média de mil pescadores profissionais, que sobreviviam dessa atividade e que não possuíam outorga. Além disso, haveria de se levar em conta a complexidade da Bacia, não só pela dimensão, como pela heterogeneidade de usos, de implantação dos sistemas institucionais e de gestão de recursos hídricos bastante diferenciado, entre todos estados que englobam a bacia. Exemplificou que, enquanto em Minas Gerais foram expedidas cerca de duas mil outorgas, em outros estados foram expedidas apenas trinta outorgas, isso não seria um critério justo para os usuários da bacia, caracterizaria mais uma condicionante que limitaria a participação. Diante dos fatos mencionados, concluiu, informando que a Diretoria Provisória encaminhou a solicitação para alteração da Resolução nº 5 e a CTIL analisou e concluiu que a alteração era mesmo necessária. A conselheira Cristina Yuan, representante da indústria, falou que teria algumas sugestões a apresentar referentes às alterações de forma, objetivando dar maior clareza ao documento: no parágrafo 2º, onde lia-se: “o mandante dos representantes e critérios de renovação ou substituição...” não se configura em um parágrafo e deveria ser um inciso atrelado ao *caput*, por ser um requisito que deve constar do regimento do comitê, ou seja, deverá constar não só o número de representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários, como também a duração do mandato dos representantes e os critérios de renovação ou substituição. Desta forma, a proposta consiste em transformar o art. 2º em inciso 4º, proporcionando maior coerência ao texto. Uma outra sugestão para manter a harmonia da redação dos incisos 2º e 3º refere-se ao inciso I, substituir a expressão “números de votos dos representantes” por “números dos representantes”, ou seja, seria a supressão da palavra “votos” e depois renumerar os parágrafos. O conselheiro Hugo, representante do Ministério da Justiça, sugeriu para complementar a redação do parágrafo 4º “As alterações dos regimentos dos Comitês, somente poderão ser votadas em reunião extraordinária, convocada especialmente para esses fins, com antecedência mínima de 30 dias.” o seguinte: “e deverão ser aprovadas pelo voto de dois terços de seus membros”, justificando que da forma como estava redigido inicialmente provocava dúvidas entre *quorum* e totalidade de votos. O Dr. Garrido informou que as sugestões apresentadas seriam tratadas como destaque, passando à votação do texto original na íntegra da proposta de Resolução. A proposta foi aprovada por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário ou abstenção. Aprovado o texto original passou-se aos destaques e solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que efetuasse a leitura dos mesmos, e em seguida, seria feita a votação de cada um deles. Primeiro destaque, no inciso I, do artigo 8º, suprimir a expressão “votos dos”, ficando a redação final “número de representantes dos poderes executivos da União dos Estados e do DF”. Colocou-se em votação: destaque aprovado por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário ou abstenção. Segundo destaque, transformação do parágrafo 2º em inciso IV com a mesma redação e renumeração dos parágrafos. Colocou-se em votação: destaque aprovado por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário ou abstenção. Terceiro destaque alteração da redação do parágrafo 4º “As alterações dos regimentos dos comitês somente poderão ser votadas em reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com antecedência mínima de trinta dias, e quorum mínimo de dois terços da totalidade dos votos.” para “As alterações do regimento dos comitês somente poderão ser votadas em reunião extraordinária, convocada especificamente para este fim, com antecedência mínima de trinta dias e deverão ser aprovadas pelo voto de dois terços de seus membros”. Colocou-se em votação: destaque aprovado por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário ou abstenção. Dr. Garrido declarou aprovada a Resolução nº 25, que altera a Resolução nº 5, bem como os três

379 destaques apresentados e suspendeu a reunião para o almoço. Após o almoço, passou-se ao **item 5** da
380 Ordem do Dia, que tratava da análise da proposta de resolução para inserção das águas subterrâneas
381 no instrumento Plano de Recursos Hídricos. O Dr. Garrido convidou o Dr. Simanke, presidente da
382 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, para tecer comentários sobre a matéria. O Dr.
383 Simanke falou que a proposta de Resolução em pauta era considerada muito importante porque muitos
384 planos de bacia estavam sendo elaborados, e considerando que as questões referentes à água
385 subterrânea nem sempre eram lembradas naquele instrumento de gestão, os quais, a princípio,
386 deveriam conter as informações e os dados básicos necessários à gestão integrada e participativa dos
387 recursos hídricos, razão pela qual a CTAS resolveu elaborar a mencionada proposta. Acrescentou que a
388 mesma já havia sido analisada do ponto de vista legal e institucional pela CTIL, e que a intenção era
389 contribuir com o estabelecimento de diretrizes macro para todos os planos de recursos hídricos, o que
390 poderia vir a enriquecer o seu conteúdo. Dr. Garrido ressaltou que as águas subterrâneas eram parte
391 do processo do ciclo hidrológico, que influenciava de forma significativa a alimentação de algumas
392 bacias e que havia também relações inversas nesse processo. Acrescentou que o Brasil tinha uma
393 reserva muito grande de águas subterrâneas, algo em torno de cento e doze mil quilômetros cúbicos,
394 constituindo-se assim um grande reservatório d'água sob a terra, destacando-se o aquífero Guarani,
395 que talvez fosse a reserva mais estratégica de todo o planeta em termos de águas subterrâneas.
396 Diante do exposto, afirmou que não havia porque não se contemplar no contexto do Plano de Recursos
397 Hídricos as questões referentes às águas subterrâneas. Com isso franqueou a palavra aos conselheiros
398 para manifestação. O conselheiro Julio Thadeu manifestou, em nome do MMA, o apoio à proposta
399 oriunda da CTAS, lembrando a importância que era essa visão conjunta ao processo e ao avanço da
400 regulamentação da questão de águas subterrâneas no Brasil. Foi franqueada a palavra à Prof. Ivonilde
401 da ABRH, que falou que com relação ao artigo 4º, inciso III, que tratava da frequência de
402 monitoramento de cada parâmetro, não estavam definidos quais os parâmetros e ficavam muito
403 abertos, podendo inviabilizar o monitoramento. O Dr. Simanke falou que se procurou abordar na
404 proposta o mínimo necessário e que se tentassem nomear os parâmetros, diante da diversidade do
405 Brasil, inviabilizaria a proposta, a intenção era estabelecer uma diretriz, mas, para atender ao pleito,
406 poderia ser inserida a frequência de monitoramento dos parâmetros. Dr. Garrido questionou ao Dr.
407 Simanke se na alteração da redação, objetivando a hierarquização do caso, a substituição da expressão
408 "cada parâmetro" por "dos parâmetros" atenderia e, se poderia ser feito naquele momento, em vez de
409 considerar a sugestão como um destaque a ser votado. O Dr. Simanke disse que a CTAS aceitava a
410 sugestão uma vez que não mudava nada em relação ao conteúdo. Dr. Garrido solicitou a alteração da
411 redação da proposta em exibição no telão e colocou a matéria em votação: a matéria foi aprovada por
412 dezessete votos favoráveis e nenhum contrário ou abstenção. Declarou aprovada a Resolução nº 23,
413 que dispunha sobre a inserção das águas subterrâneas no contexto dos planos de recursos hídricos e
414 passou ao **item 6** da Ordem do Dia, apresentação da ANA/Secretaria de Meio Ambiente do Estado do
415 Rio Grande do Sul. O Dr. Garrido convidou a Dra. Virgínia Muzell, representante da Secretaria de Meio
416 Ambiente/RS, para fazer o uso da palavra. A Dra. Virgínia fez um relato dos desdobramentos ocorridos
417 à partir da Moção nº 09, aprovada pelo CNRH em dia 14 de março de 2002, referente aos problemas
418 de saneamento na região da bacia do Rio Quaraí. Se reportou a um projeto existente de construção de
419 barramento na calha do rio, a ser feito pelo Uruguai, e pelas últimas informações obtidas, já estaria
420 sendo construído, de forma a evitar que o esgoto da cidade de Quaraí atingisse o balneário de Artigas,
421 no Uruguai. Disse que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul já tinha conhecimento do problema e
422 estava tentando junto ao Governo Federal uma solução definitiva para a questão, em articulação com a
423 ANA e o IBAMA. Acrescentou que a Moção CNRH nº 9 deu maior suporte para que fossem
424 desencadeadas ações, tendo sido realizada uma reunião em Porto Alegre, coordenada pela Secretaria
425 Executiva do Conselho Estadual/RS, com a presença de representantes dos diversos órgãos que tinham
426 interface com a questão, para tentar articular um processo visando a implementação de um programa
427 de saneamento nos municípios da região da fronteira. Mencionou que o presidente da CORSAN fizera
428 uma apresentação das iniciativas daquela companhia relativas ao tema, informando a realização de
429 obras em andamento em alguns dos municípios na fronteira com o Uruguai. A Dra. Virgínia informou
430 que o Conselho Estadual manteria aberto um espaço permanente para discussão do tema referente às
431 de bacias compartilhadas, possibilitando o diálogo entre as mais diversas esferas de governo, em
432 articulação com as prefeituras municipais da região da fronteira, com vistas a realizar um trabalho
433 conjunto. Informou que seriam envolvidos ainda o Itamarati e o Ministério da Agricultura, por terem
434 interface com a problemática. Falou que um outro desafio era a constituição dos comitês de bacias nas
435 bacias transfronteiriças e que na bacia do rio Quaraí já existia um movimento bastante consolidado a
436 partir da ação do próprio comitê local, assim como da comissão bi-nacional, constituída pelo Itamarati,
437 só que esse comitê não conseguia se articular dentro do sistema estadual e não tinha definido o seu
438 papel em relação ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Informou que forma
439 feitos encaminhamentos também junto ao Governo do Uruguai, e se esperava que o fórum pudesse vir
440 a dar suporte a todo o trabalho da CTGRHT. Afirmou que em função do avanço obtido, ficava
441 justificado a retirada de pauta da Moção relativa ao programa de saneamento na região da fronteira. O

conselheiro Jair Sarmiento complementou a apresentação da dra. Virginia relatando os avanços ocorrido em reunião realizada em Montevideu. Disse que ao longo dos últimos três anos o governo do Uruguai vinha manifestando ao Governo do Brasil preocupação em relação aos problemas de saneamento de pelo menos cinco cidades da fronteira com o Rio Grande do Sul ou seja: Chuí, Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Quaraí e Barra do Quaraí todas elas ao longo da fronteira. Disse que esse problema de fronteira dizia respeito a pelo menos uma dezena de órgãos federais e outro tanto de órgãos estaduais, municipais e de organizações não governamentais e que a primeira constatação que a CTGRHT havia chegado era que existia uma absoluta falta de comunicação entre esses órgãos, uma falta de articulação e sobretudo uma falta de coordenação da ação desses órgãos, tendo alguns deles adotado atitudes isoladas. Salientou que o objetivo do CNRH, órgão colegiado que envolve diversas instituições com interface em recursos hídricos, em esferas diferenciadas de governo, incluindo as entidades não governamentais, era justamente promover a necessária articulação para a solução de questões como essa da fronteira do Rio Grande do Sul. Acrescentou ter sido o que se procurou fazer no nível da Câmara Técnica, quando encaminhou ao Plenário a Moção nº 9, aprovada em 14 de março, solicitando que o IBAMA e a ANA empreendessem esforços junto ao Governo do Estado para buscar solução dos problemas de fronteira, e especialmente, para o problema da autorização de construção do barramento na calha do rio Quaraí, na altura da ponte que separa as Cidades de Quaraí e de Artigas no Uruguai, destinado a assegurar a qualidade da água captada para a cidade de Artigas, bem como o uso das águas pra fins de balneabilidade no lado Uruguaio. Se construído, esse barramento era dado como uma solução paliativa, pois era sabido que a solução da implementação do saneamento básico na cidade de Quaraí era a mais correta. Relatou que foi sugerido ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realização de uma reunião extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, visto que o Conselho Estadual era um órgão integrante da estrutura sistêmica do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e que estava muito mais próximo do problema. Tal reunião ocorreu, após diversos entendimentos, em vinte e quatro de abril, cercada de grande desconfiança por parte dos diferentes órgãos envolvidos, uma vez que, ao longo de três anos, todos estavam acostumados a participarem de reuniões sucessivas que protelavam a solução desse problema. Houve um empenho muito grande para que na reunião fossem apresentadas soluções para o problema mediante a constituição de um grupo de trabalho, atualmente já constituído, visto ser esse um compromisso internacional, firmado pelo Brasil e Uruguai. Dr. Garrido agradeceu aos expositores e questionou se os conselheiros gostariam de fazer alguma colocação sobre o tema. O conselheiro Julio Thadeu parabenizou os membros da CTGRHT, bem como todos os órgãos e atores envolvidos no processo, pelo encaminhamento encontrado para a solução desse problema, registrando a importância da Moção nº 9, e ressaltando o papel de mediador de conflitos desempenhado pelo Conselho nessa questão. Encerradas as manifestações sobre o tema, Dr. Garrido passou ao **item 7** da Ordem do Dia, que tratava da Moção relacionada à necessidade de informações sobre os sistemas de abastecimentos de água e de lançamento de resíduos líquidos, na bacia do rio Paraíba do Sul, encaminhada pelo representante do Ministério da Integração Nacional, e convidou o conselheiro Demetrios para apresentar a Moção. O conselheiro Demetrios falou que a partir da aprovação da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, durante a VI Reunião Extraordinária do Conselho, ele havia identificado a necessidade de aprimorar os conhecimentos, de forma mais aprofundada, das condições existentes na Bacia, bem como do seu sistema de informações, para que fosse possível detectar os avanços obtidos a partir da implantação da cobrança, possibilitando que esses avanços pudessem ser revertidos em benefício dos usuários, que inicialmente fariam o pagamento, bem como de toda a comunidade da bacia. Sendo necessário, portanto, dar transparência às ações preconizadas pela Lei nº 9.433, de 1997, considerando o objetivo da instituição da cobrança, em sequência à implantação dos demais instrumentos: Sistema de Informações, planejamento da Bacia, outorga e enquadramento dos corpos de água. Afirmou que, pela análise efetuada, a cobrança era dependente de uma série de condições que deveriam ser previamente conhecidas, citando o artigo 19, da Lei nº 9.433, que tratava dos objetivos daquele instrumento. Acrescentou que outro fator que o levou a apresentar a Moção foi o fato de que os usuários, que pagarão pela cobrança, possuíam o direito de ter pleno conhecimento da repercussão das aplicações dos valores arrecadados, na melhoria da disponibilidade quantitativa e qualitativa da água na bacia. Afirmou que o fato era complementado pela indicação de que a melhoria quantitativa e qualitativa da água geraria significativa diferença nos gastos realizados para o tratamento de água e de resíduos líquidos, bem como na saúde da comunidade, mediante a redução de gastos nas soluções que antes eram decorrentes de degradações ambientais, e com isso passariam a ser reduzidos. Comentou que para mensurar tais ganhos existia a necessidade de conhecer a situação atual da bacia hidrográfica, bem como os gastos realizados e os indicadores, considerando ainda o caráter progressivo, gradativo e até de redução do valor a ser cobrado, inicialmente, estabelecido através de cenários. Desta forma, afirmou ser necessário o conhecimento prévio dos resultados positivos a serem obtidos com a implementação da cobrança, e estes deveriam ser divulgados ao público da bacia. Falou que, com o conhecimento das vantagens da implementação da cobrança pelo uso da água, seria possível a obtenção de informações que poderiam auxiliar a

determinar as melhores condições de aplicação do instrumento, bem como para que fossem utilizadas essas vantagens como fator de persuasão para aplicação do instrumento da cobrança em outras bacias. Por fim, mencionou a necessidade de se obter um modelo apropriado, a ser utilizado como base de exemplo e de indicadores para análise da evolução do instrumento de gestão. Falou que o Ministério da Integração Nacional apresentou a Moção dirigida ao presidente do CEIVAP, recomendando que fosse elaborado um relatório da situação atual da bacia hidrográfica. O relatório a ser denominado Relatório Marco Zero, de apoio ao instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos, deveria conter as atividades e custos atuais, com potencialidades de serem beneficiados com aplicação dos recursos provenientes do instrumento cobrança, de maneira que, no futuro, a redução dos custos obtidos no tratamento da água, pelas estações, bem como na saúde, possam ser revertidos para sociedade que estaria pagando pela uso da água, mediante a redução do valor das contas de água dos usuários. O Dr. Garrido informou que a proposta ainda não havia sido analisada por nenhuma Câmara Técnica, mas que haviam sido cumpridos os requisitos regimentais referentes ao encaminhamento da matéria, com a aposição das assinaturas previstas para sua apresentação. Comentou ser um tema de grande relevância no contexto na gestão de recursos hídricos, porque apesar da Lei nº 9.433 não ter incorporado os relatórios de situação dos recursos hídricos, durante toda a tramitação do Projeto de Lei nº 2.249, que originou a mencionada Lei, esse era um tema que estava claramente sendo vivenciado, muitos estados mantiveram os relatórios de situação, por serem instrumentos de gerenciamento extremamente úteis. Com isso, parabenizou a iniciativa do conselheiro Demetrios, que muito contribuiu para o preenchimento de uma lacuna deixada pela Lei da Águas. Dito isso, declarou a matéria aberta a discussão e passou a presidência dos trabalhos ao conselheiro Mauro Viegas. A conselheira Cristina Yuan solicitou informações mais detalhadas referentes aos tópicos que deveriam constar do relatório de situação. O conselheiro Demetrios ressaltou o seguinte: a determinação do valor a ser cobrado deu-se a partir de simulações e não de estudos mais aprofundados, e, com o passar do tempo, esses valores pré-determinados a partir de um certo momento, poderiam aumentar, reduzir ou virem a ser eliminados. Exemplificando, no sistema de abastecimento de água e saneamento, o usuário final pagaria por certa quantia de água consumida, na realidade o usuário pagava pelo tratamento da água e pela manutenção e operação do sistema, não pagava pelo bem ambiental "água". Este sistema tinha um custo determinado para tratamento e distribuição da água, em padrões de potabilidade aceitos mundialmente, sem causar problemas a saúde. Com a aplicação dos recursos oriundos da cobrança na bacia, essa água melhorará de qualidade, quantidade, por duplas condições melhorará a qualidade e, a quantidade que vai ser ofertada será elevada. Assim, a tendência seria de que o custo diminua e tornando-se necessário dar publicidade ao que realmente estaria sendo pago. Disse que os resultados positivos deveriam ser repassados aos usuários que se encontravam pagando pelo consumo daquele bem. Acrescentou que poderia listar todos os itens necessários, mas essa atribuição caberia à agência de bacia, auxiliando o comitê. Falou que, apesar de reconhecer a necessidade de implementação daquele instrumento, era do conhecimento de todos que ele dependia de outros como pré-requisito para sua implantação (plano de recursos hídricos, sistema de informações, outorga, etc) e que eles não deveriam prescindir de um relatório como o que ele tinha proposto, capaz de mensurar resultados que permitiriam aplicar o mesmo instrumento em outras ocasiões e com maior segurança. A conselheira Cristina Yuan propôs o seguinte encaminhamento: convidar o presidente e o secretário executivo do CEIVAP para participarem de uma reunião do Conselho, possibilitando ao conselheiro Demetrios esclarecer melhor os pontos enfocados, numa tentativa de formatar as informações que estavam sendo demandadas. Ressaltou que o fato mencionado de que ao se melhorar a qualidade, conseqüentemente iria se diminuir a demanda por um nível de tratamento não tão exigente, uma vez que a água estaria com melhor qualidade e que esse fator teria reflexos no preço, beneficiando o consumidor, era um resultado esperado por todos os usuários. O conselheiro Demetrios falou que sua proposta deveria ser de interesse do CEIVAP, porque implicaria na melhoria da gestão da própria bacia. O conselheiro Julio Thadeu falou que possivelmente o que estava preocupando algumas pessoas era a possibilidade do Relatório Marco Zero, de alguma forma, interferir ou atrasar o cronograma já aprovado no âmbito do CEIVAP, e afirmou acreditar serem atividades que poderiam ser consideradas independentes, podendo ser, desta forma, conduzidas paralelamente. Seria um estudo a ser considerado como referencial e enfatizou alguns pontos de apoio à proposta do conselheiro Demetrios, considerados cruciais na implementação do Sistema de Gerenciamento. Desta forma, acrescentou, nada mais interessante que se tivesse um relatório daquela natureza, desde o início da atuação do comitê, e depois, periodicamente, isso poderia vir a ser discutido se a sociedade estivesse tendo retorno ou não. Acrescentou que era interessante esse ponto da filosofia da incorporação de benefícios e a distribuição de prejuízo, pois na hora em que se estivesse distribuindo prejuízo, principalmente na questão de abastecimento, isso seria quase que unânime, quando da discussão com as concessionárias, pois os seus representantes sempre afirmaram que esse custo a mais pelo uso da água seria repassado direto ao usuário final, sem discussão, esquecendo-se que, talvez, esse teórico custo para ele estivesse trazendo benefícios que não estariam sendo evidenciados, e a única forma de identificar esses benefícios seria através um relatório que indicasse a situação atual e permitisse o acompanhamento.

Então, falou que entendia que a proposta do conselheiro Demetrios seria de grande utilidade para o CEIVAP, pelo seu pioneirismo na questão, no país, para que se tivesse um relatório circunstanciado sobre as condições da bacia, de tal forma que, no futuro, fosse possível, ao monitorar os dados, identificar os ganhos reais. Acrescentou que outros pontos a serem discutidos referiam-se ao prazo de se elaborar o relatório, quem seria o responsável pela elaboração e como deveria ser feito, mas que competiriam ao CEIVAP. O conselheiro Jairo Lousa, representante dos irrigantes, parabenizou ao conselheiro Demetrios pela proposição da Moção e falou que durante a discussão na reunião anterior do Conselho, quando se discutiu a cobrança, ele havia votado contra o estabelecimento da cobrança e um dos fatores que contribuiu para tal medida referia-se à essa questão mencionada. Afirmou que ele havia sido criticado por vários seguimentos que não haviam entendido o porquê do seu posicionamento, e, às vezes, ao estar sendo entrevistado, ele discorria sobre o tema durante meia hora e o veículo de comunicação divulgava apenas uma frase, comprometendo o teor do que ele gostaria de transmitir. Falou que, em entrevistas concedidas, afirmou ter votado contra a proposta da cobrança e foi questionado o porquê, tendo respondido citando Nelson Rodrigues "toda a unanimidade é burra". Acrescentou que durante a discussão da formula de cobrança da água, inclusive na própria CTIL, argumentara que a mesma contemplou o conceito do poluidor-pagador, mas que o que realmente importava era conhecer os benefícios que a cobrança acarretaria para sociedade. Citou o caso das questões referentes à saúde, falando que o Ministério Saúde e as secretarias estaduais e municipais de saúde teriam perfeitas condições de medir toda a mortalidade infantil, as doenças erradicadas e o número de doentes internados causados por doenças de veiculação hídrica, ou seja seria importante detectar o número de problemas de saúde que deixariam de existir em função da melhoria da qualidade da água. Assim, ressaltou a importância do Relatório Marco Zero como referencial. O conselheiro Jair Sarmento elogiou a iniciativa do conselheiro Demetrios, falou que o Relatório Marco Zero, na definição dada pelo conselheiro autor da proposta, implicaria no levantamento das atividades, dos usos atuais das águas e dos custos correspondentes, possibilitando o estabelecimento de informações referências e sugeriu a discussão da matéria no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança. O conselheiro Mauro Viegas, que estava substituindo temporariamente o Dr. Garrido na presidência dos trabalhos, falou que como membro do CEIVAP tinha uma sugestão e sugeriu levar o conselheiro Demetrios, se o mesmo concordasse, a uma reunião do CEIVAP para discutir o assunto e obter as respostas necessárias, e em seguida, o assunto seria discutido na Câmara de Técnica de Cobrança. Desta forma, acrescentou que seria importante não haver pressa demais para não se cometer erros e se dispôs a agendar a mencionada reunião com o CEIVAP. O conselheiro Demetrios agradeceu todas as colaborações apresentadas e concordou com a sugestão do conselheiro Jair Sarmento de levar posteriormente a discussão para a Câmara de Técnica de Cobrança. O conselheiro Julio Thadeu complementou a sugestão do conselheiro Mauro Viegas afirmando que, quando o assunto fosse analisado na CT de Cobrança, seria importante que técnicos do CEIVAP também estivessem presente. O conselheiro Martinho sugeriu que, além de discutir o assunto na CT de Cobrança, seria muito importante que a análise fosse feita também na CT de Outorga, acrescentando que o assunto era tão relevante que não poderia estar associado apenas ao CEIVAP, pois tratava-se de um princípio geral e que deveria nortear Conselho. O conselheiro Mauro Viegas resumiu todas as proposições para encaminhar a matéria: discutir a proposta, inicialmente, no Plenário do CEIVAP e depois ser analisada pelas Câmaras Técnicas de Cobrança e Outorga. Dito isso, consultou o Plenário quanto ao encaminhamento proposto para a matéria o que foi aprovado por todos. Passou-se então ao **item 8**, referente à apresentação do Cronograma para a realização das Assembléias, objetivando a indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos seguintes segmentos: usuários e organizações civis de recursos hídricos e passou a palavra ao conselheiro Julio Thadeu para apresentar a matéria. O conselheiro Julio falou que a proposta consistia em elencar uma série de atividades para realização das Assembléias e o dimensionamento de tempo necessário à realização das mesmas. Considerando o fato da prorrogação do mandato, o cronograma passou a ser atemporal, ao invés de especificar os meses, eles passariam a ser denominados mês 1, mês 2, etc. A idéia consistia no fato de que ao se aprovar o cronograma, possibilitaria à Secretaria Executiva maior flexibilidade operacional, independendo, portanto, da convocação do Conselho. Falou que seriam necessários aproximadamente três meses para a conclusão de todo o processo. Concluindo, solicitou a aprovação do Cronograma e que o mesmo fosse estabelecido como padrão para todas as vezes que o processo similar fosse deflagrado, caso houvesse necessidade futura de adequação, retornaria outra vez ao Conselho. O conselheiro Mauro Viegas colocou a matéria em discussão e como não houvera nenhuma manifestação ou questionamento, a matéria foi declarada aprovada. O conselheiro Mauro Viegas passou ao **item 9** da pauta referente ao requerimento de urgência - PL nº 4.147, que tratava da Política Nacional de Saneamento, apresentada pelo conselheiro Carlos Eduardo Alencastre, representante do segmento comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacia. O conselheiro Alencastre falou que o mencionado PL se encontrava na pauta de votação da Câmara, para ser votado pela Comissão, e que seria importante que a Moção apresentada fosse aprovada e encaminhada ao Deputado Federal Adolfo Marinho, relator da matéria, tendo em vista a relevância do assunto que contrariava fundamentos e

dispositivos da Lei nº 9.433, de 1997, no que se referia às alterações de textos dos artigos 22 e 38. Informou que o artigo 22, estabelecia que os valores arrecadados pela cobrança seriam aplicados prioritariamente na bacia em que foram gerados e definia a forma de utilização, e o artigo 38 definia as competências dos Comitês de Bacia Hidrográfica, entre elas no inciso VI, o de estabelecer o mecanismo de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados. Falou que a moção apresentada destacava a necessidade de exclusão do parágrafo 3º, artigo 32, do PL nº 4.147, que estabelecia que “o órgão ou entidade responsável pela gestão dos recursos hídricos responderá pelas garantias a que se refere o parágrafo 2º, podendo para tanto, iniciar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, independentemente do disposto nos art. 22 e 38, inciso VI da Lei nº 9.433, de oito de janeiro de mil novecentos e noventa e sete.” ou seja retirava totalmente a atribuição dos Comitês de Bacia para deliberarem sobre a questão da cobrança pelo uso da água. Acrescentou que, se os dois artigos fossem suprimidos da Lei nº 9.433/97, a Política Nacional de Recursos Hídricos ficaria comprometida, não cabendo mais aos Comitês ou ao Conselho a decisão ou a discussão de matérias dessa natureza. Falou que por isso mesmo estava justificada a importância e a urgência da Moção, uma vez que a matéria se encontrava tramitando na Câmara, podendo ser de votada a qualquer momento, acrescentando que era preciso que o Conselho se posicionasse de forma contrária ao parágrafo 3º artigo 32, solicitando a supressão do mesmo à relatoria. O conselheiro Mauro Viegas colocou a matéria em discussão e sugeriu a realização de um trabalho junto ao Congresso e a Câmara, para mostrar o que poderia ocorrer caso a modificação prevista fosse aprovada. Afirmou ser necessário fazer uma visita ao Deputado Federal Rodrigo Mayer, presidente da Comissão Especial de Saneamento e ao Relator, Deputado Federal Adolfo Marinho, responsáveis pela coordenação e análise dos trabalhos, objetivando explicar a questão, pois o fato de simplesmente se enviar a Moção do Conselho, poderia não surtir o efeito desejado, uma vez que o documento poderia não ser lido. O conselheiro Mauro Viegas questionou se mais algum conselheiro queria fazer uso da palavra e como não houveram mais manifestações colocou a matéria em votação, que foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Mauro Viegas enfatizou mais uma vez a necessidade de se fazer um trabalho junto à Comissão responsável pela análise do PL. O Dr. Garrido retomou a presidência dos trabalhos. O conselheiro Alencastre solicitou a palavra para fazer uma colocação referente a proposta de Resolução conjunta ANA/ANEEL, nº 01/2002, com validade até dezoito de dezembro de dois mil e dois, que dispunha, em caráter temporário e em regime de transição, sobre os procedimentos referentes à declaração de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para fins de licitação e de autorização da exploração do potencial hidráulico. Informou que a mencionada resolução estava sendo analisada pelas Agências e que feria o preceito constitucional, principalmente no estabelecido no art. 6º, quando dizia que a declaração de reserva de disponibilidade hídrica seria transformada automaticamente pela ANA, em outorga de direito de uso de recursos hídricos, na forma e sobre as condições prevista na legislação de recursos hídricos, em favor da entidade que recebesse da ANEEL a concessão ou a autorização de uso do potencial de energia hidráulica, mediante a apresentação de documentos expedidos. Informou que o problema consistia no fato de que se estava desrespeitando a questão da dominialidade no âmbito dos estados. Dito isso, propôs um encaminhamento à mesa, para que a mencionada resolução fosse apreciada pelas CTs do Conselho, e posteriormente pelo Plenário. Afirmando que, se proposta fosse levada a CT, o Conselho estaria enfatizando a preocupação com o assunto. Foi concedida a palavra à Drª Virginia Muzell, que reforçou a solicitação do conselheiro Alencastre, considerando que a mencionada resolução feria a autonomia dos estados, bem como o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento, em função dos interesses da liberação das hidrelétricas a partir apenas da visão única do setor elétrico, ignorando os planos de recursos hídricos e os planos

estaduais, que procuravam observar sempre as questões dos múltiplos usos, e que a liberação de Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCHs teriam que levar em consideração todas essas questões. O conselheiro Martinho esclareceu que a matéria fora objeto de discussão da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, com a presença da ANA e da ANEEL, como a matéria foi discutida pela CT não seria necessário o encaminhamento solicitado. O conselheiro Di Bella disse que o assunto foi levado a CTPOAR só para apresentação, sem direito a discussão nenhuma, e lá, tanto por parte dos Conselhos Estaduais e de outros participantes, levantou-se as questões mencionada, afirmando ser importante saber qual a posição a ser adotada no Conselho para o encaminhamento da questão, uma vez que o assunto era entre a ANA e ANEEL. O Dr. Garrido solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse uma retrospectiva da matéria para maior esclarecimento. O Dr. Roberto Monteiro disse que a matéria foi discutida na CTPOAR, que uma série de posições foram colocadas, mas efetivamente a Câmara Técnica não referendou a proposta pois precisaria de uma avaliação mais sistêmica, mais consistente da questão da constitucionalidade e dos aspectos referentes à dominialidade dos rios. O conselheiro Martinho concordou com o Dr. Roberto e afirmou que a matéria não havia sido objeto de deliberação, acrescentando que os termos causaram uma certa estranheza, por que em princípio estaria sendo apenas apresentada, dando-se como assunto transitado, já resolvido. Afirmou que entendia que as colocações ali eram todas pertinentes, mesmo

694 porque a resolução era transitória, mas a aplicação da resolução não era, e sugeriu que deveria sair
695 dali uma recomendação para que a resolução fosse avaliada na Câmara Técnica. O Dr. Garrido
696 consultou a opinião do conselheiro Jair Sarmento, uma vez que a questão envolvia a ANA. O
697 conselheiro Jair Sarmento falou que se a questão fora objeto de discussão na CTPOAR, deveria ter
698 saído algum tipo de informação para orientação do Plenário, sendo possível que as pessoas tenham se
699 dado conta das repercussões do que havia sido discutido, posteriormente, como parecia ser o caso.
700 Regimentalmente não havia condições, ao final da reunião, para se formular uma nova moção, ou
701 qualquer outra proposta, sugeriu então que as colocações dos colegas fossem formuladas ao
702 presidente e posteriormente serem encaminhadas à Câmara Técnica de Outorga, para verificação de
703 qual o comportamento adotado e se isso demandasse algum tipo de entendimento do Conselho para
704 com as entidades que elaboraram a resolução, deveria ser levada às entidades que têm competência
705 para promulgar os atos administrativos, da sua esfera de competência, mas se esses atos, em
706 qualquer aspecto se chocam com a competência de outros órgãos, como é o caso do Conselho, ou mais
707 do que isso, se eles representarem para regulamentação do setor um conflito de interesses ou de
708 competência, sugeriu que inicialmente fosse feito um contato com a presidência da Câmara Técnica,
709 para verificar exatamente qual foi o encaminhamento dado, por que se tratava de um órgão interno do
710 Conselho, e em se materializando o que disse o conselheiro Martinho, de que cabia um
711 desdobramento, caberia ainda um contato com a direção da ANA, e eventualmente da ANEEL, com
712 vistas a buscar uma harmonização da questão. Afirmou que aquelas eram as suas sugestões se
713 obtivesse a informação adequada e fosse possível decidir qual o encaminhamento a ser dado na
714 próxima reunião Plenária. O Dr. Garrido considerou prudente a proposta do conselheiro Jair Sarmento e
715 questionou se o Plenário concordava com o encaminhamento proposto, o que foi aprovado. Disse então
716 que nos últimos meses o Conselho teve uma atuação bastante fecunda com publicação de três
717 resoluções e uma moção, que havia sido publicado o Decreto de 20 de maio que instituiu o Comitê das
718 Bacias Hidrográfica dos rios do Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Acrescentou que as Câmaras Técnicas
719 vinha tendo um trabalho incansável na análise e produção das mais diversas decisões para amparar o
720 Plenário do Conselho, e que, em nome do Ministro Interino, Marcos Pestana, agradecia a todos os
721 Presidentes, membros e participantes de Câmaras Técnicas, em especial ao conselheiro Julio Thadeu,
722 ao Roberto Monteiro, a Cristina Mascarenhas e à equipe da Secretaria Executiva, pelo apoio que
723 vinham prestando na condução dos trabalhos. Afirmou que muito vinha sendo feito para o
724 aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a criação do
725 Comitê da Bacia do Rio Paraíba e de outras matérias de grande importância aprovadas naquele dia.
726 Dito isso, declarou encerrada a VII Reunião Extraordinária do Conselho, às dezessete horas e quarenta
727 e cinco minutos. Uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata será assinada por mim,
728 Raymundo José Santos Garrido, Secretário Executivo do CNRH, e pelo Ministro de Estado de Meio
729 Ambiente, José Carlos Carvalho, Presidente do CNRH.

730

MARCUS PESTANA
Presidente

RAYMUNDO JOSÉ SANTOS GARRIDO
Secretário Executivo

731

732

733

ANEXO I: Pauta

734

ANEXO II: Ata da V Reunião Extraordinária e VI Reunião Ordinária do CNRH aprovadas

735

ANEXO III: Moção aos Ministérios de Minas e Energia, ao Meio Ambiente e ao Governo do Estado de

736

Goiás, encaminhando a "Carta de Rio Quente", referente à super exploração dos aquíferos termais

737

daquela região

738

ANEXO IV: Resolução que define a composição da Câmara Técnica de Cobrança

739

ANEXO V: Resolução para alteração parcial da Resolução CNRH nº 05

740

ANEXO VI: Resolução para inserção das águas subterrâneas no instrumento Plano de Recursos Hídricos

741

ANEXO VII: proposta relacionada à necessidade de informações sobre os sistemas de abastecimentos

742

de água e de lançamento de resíduos líquidos na bacia do rio Paraíba do Sul, encaminhada pelo

743

conselheiro Demetrios, representante do Ministério da Integração Nacional

744

Anexo VIII: Cronograma para a realização das Assembléias, objetivando a indicação dos

745

representantes, titulares e suplentes, dos seguintes segmentos: usuários e organizações civis

746

ANEXO IX: Moção referente ao PL nº 4.147

747